

MIGRANTES BRASILEIROS EM PORTUGAL: VULNERABILIDADES NA PANDEMIA COVID-19 E SUAS RELAÇÕES COM O TRABALHO E A SAÚDE

Brazilian migrants in Portugal: vulnerabilities in the COVID-19 pandemic and their relationships with work and health

 **Andréa Vettorassi**¹

¹ Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO, Brasil

 **Zakia Ismail Hachem**²

² Universidade de Brasília - DF, Brasil

REMHU,
Revista Interdisciplinar da
Mobilidade Humana
v. 33, 2025, e332148

Dossiê 2: Novas diásporas
brasileiras

Received: June 29, 2025
Accepted: July 29, 2025

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-858525038800033207>

Resumo

Este artigo apresenta uma análise descritiva de um grupo de brasileiros migrantes em Portugal durante o período da pandemia de COVID-19, especificamente no primeiro semestre de 2021, bem como sua situação laboral naquele momento. Para isso, utiliza microdados primários, coletados *in loco* em Lisboa, por meio de um questionário estruturado com amostra não probabilística por conveniência. Considerando a literatura apresentada, o intuito é verificar como esse grupo estava inserido profissionalmente, segundo características sociodemográficas com enfoque nos marcadores sociais de diferença como sexo e raça. Ademais, se os grupos de migrantes brasileiros experimentaram mais condições de vulnerabilidade que o restante da população portuguesa no mesmo período.

Palavras-chave: brasileiros em Portugal; pandemia; vulnerabilidade.

Abstract

This article presents a descriptive analysis of a group of Brazilian migrants in Portugal during the COVID-19 pandemic, specifically in the first half of 2021, as well as their employment situation at that time. To this end, it uses primary microdata, collected *in loco* in Lisbon, through a structured questionnaire with a non-probabilistic convenience sample. Considering the literature presented, the aim is to verify how this group was professionally inserted, according to sociodemographic characteristics with a focus on social markers of difference such as gender and race. Furthermore, it aims to verify whether the groups of Brazilian migrants experienced more conditions of vulnerability than the rest of the Portuguese population in the same period.

Keywords: Brazilians in Portugal; pandemic; vulnerability.

1. Introdução

O número de brasileiros com autorização de residência em Portugal aumentou 43% em apenas um ano. Em 2018 eram 105.423 e em 2019 o seu número passou para 151.384, representando um quarto da população estrangeira no país (SEF, 2022). Em 2021, ano da coleta de dados da pesquisa de campo apresentada nesse artigo, o número de brasileiros com autorização de residência em Portugal era de 204.694, representando 29% da população estrangeira no país (SEF, 2022). As restrições impostas pela pandemia COVID-19 não impediram que se registrasse um aumento de 35% do *stock* face a 2019, na continuidade do aumento observado no ano anterior (43% entre 2018 e 2019). E os dados, segundo o Relatório de Migrações e Asilo de 2023 da Agência para Integração, Migração e Asilo (AIMA, 2023) seguem aumentando a representatividade de brasileiros em Portugal: naquele ano eram 368.449 brasileiros no país, representando 35,3% do total de migrantes em Portugal.

Nas últimas décadas, o perfil dos migrantes brasileiros mudou significativamente¹. Se no final do século XX e começo do século XXI eram mais homens jovens em busca de trabalhos nos centros urbanos, agora há também muitas famílias com crianças, mulheres jovens, estudantes, trabalhadores agrícolas e aposentados. Portugal continua a ser o principal destino de migrantes brasileiros na Europa, pois a língua e as redes estabelecidas há décadas facilitam a chegada e adaptação. São, no entanto, muitos os relatos de dificuldades encontradas no processo de imigração. Há também desilusão e arrependimento, pois as relações com o trabalho, as situações irregulares, os altos preços da habitação, o tratamento de outros brasileiros e a xenofobia de alguns portugueses muitas vezes levam esses migrantes a condições de vida piores das que deixaram no Brasil, a despeito da maior segurança e melhores salários experimentados em Portugal (Malheiros, 2007; Padilla *et al.*, 2015).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo verificar como esse grupo estava inserido profissionalmente durante a pandemia em 2021, ano de aplicação dos questionários, segundo características sociodemográficas com enfoque nos marcadores sociais de diferença como sexo e raça. Ademais, há a intenção de averiguar se os grupos de migrantes brasileiros experimentaram mais condições de vulnerabilidade que o restante da população portuguesa, no mesmo período.

A investigação da situação dos brasileiros migrantes em Portugal no contexto da pandemia contou com a análise de dados primários, a partir de um questionário estruturado contendo perguntas relacionadas ao perfil sociodemográfico e laboral do grupo em questão. O questionário foi aplicado presencialmente para uma amostra não probabilística por conveniência composta por 237 pessoas que estavam na fila do consulado brasileiro em Lisboa entre os meses de março e julho de 2021.

Segundo Gil (2019), a amostragem não probabilística por conveniência é aquela em que o pesquisador seleciona os entrevistados a quem tem acesso, por estarem mais disponíveis no momento da pesquisa. Esse tipo de desenho amostral tem como vantagem levantar informações primárias inéditas em um cenário de limitações de evidências e de pesquisa exploratória. Todavia, uma vez que a composição da amostra não garante a representação do universo da população-alvo, e não há aleatoriedade na composição do grupo investigado, as amostras não

¹ A literatura científica (Fernandes *et al.*, 2021; Malheiros, 2007; Góis *et al.*, 2009) identifica “vagas” (ou ondas) sucessivas de migração brasileira para Portugal, desde 1990. A última destas ondas, a quarta, corresponde ao recente incremento do número de brasileiros, que praticamente duplicou entre 2016 e 2019.

probabilísticas não podem ter seus resultados generalizados, isto é, elas retratam apenas o cenário dos entrevistados.

A opção pelo referido desenho amostral neste artigo decorre de dois motivos: a) o momento de realização do campo; e b) a escassez de dados oficiais para subsidiar a construção de uma amostra representativa. Sobre o momento de realização do campo, deu-se durante a pandemia de COVID-19, período que inviabilizou uma série de pesquisas, especialmente aquelas com coleta primária in loco, dado o risco de contaminação. Isso torna os dados um importante retrato de migrantes brasileiros em Portugal em um momento histórico que afetou toda a humanidade.

Em relação à escassez de dados, quanto ao Brasil, o Itamaraty publicou em 2023, dois anos depois do trabalho de campo, um documento nomeado Comunidades Brasileiras no Exterior (Brasil, 2023), no qual se apresenta um compilado de estatísticas sobre quantidade de nacionais que vivem fora do Brasil, tomando como base o ano de 2022 e utilizando informações compartilhadas pelos postos da entidade no exterior. Segundo tal documento, que não apresenta nenhum detalhamento sobre características sociodemográfica e laborais, constam 360 mil brasileiros vivendo em Portugal.

Já a respeito de Portugal, segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo que tem como ano-base 2021 (Portugal, 2022), o mesmo ano da coleta de campo, a comunidade brasileira configurava-se como a principal comunidade estrangeira, representando 29,3% do total de migrantes, cerca de 204 mil pessoas. O Relatório apresenta uma série de informações sobre status e características migratórias, mas, assim como no caso brasileiro, sem informações sociodemográficas ou laborais. Esses dados foram divulgados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que, juntamente com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), era responsável pela governança migratória em Portugal. A política migratória portuguesa vem passando por profundas transformações desde então, e atualmente nenhum desses órgãos está vigente, sendo a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) a entidade de governança atual.

As respostas coletadas estruturaram uma base de dados que foi tratada e consistida no software de análise estatística IBM SPSS. As variáveis relacionadas à inserção laboral, tanto no Brasil quanto em Portugal, além de consistidas, passaram por um processo de categorização para viabilizar a realização de frequências e cruzamentos de dados. As categoriais laborais foram inspiradas nos seis grandes grupos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (Brasil, 2010), todavia, com consistentes adaptações segundo as características encontradas em campo. A principal alteração trata-se da elaboração de uma categoria específica para atividades de cuidado, como faxineiras, babás, cozinheiras, cuidadoras, uma vez que foram ocupações bastante recorrentes, especialmente junto ao público feminino entrevistado.

As informações coletadas foram organizadas em quatro eixos analíticos, quais sejam: i) perfil sociodemográfico; ii) características migratórias; iii) perfil laboral; e iv) percepções sobre a pandemia e retorno ao Brasil. O primeiro eixo apresenta as características dos entrevistados, tal como idade, organizadas em faixas etárias, raça/cor, com base nas categorias utilizadas no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e escolaridade segundo etapas de ensino brasileiro. O segundo eixo apresenta a origem brasileira e o destino português dos participantes, assim como a experiência migratória anterior, interna ou internacional. O terceiro eixo traça o perfil laboral dos entrevistados, com a categorização das profissões exercidas no Brasil, antes do processo migratório, e em Portugal, além da rotatividade ocupacional na sociedade de imigração.

O último eixo abarca a perspectiva dos entrevistados sobre o impacto da pandemia no processo migratório e os desejos de retorno, dando elementos importantes para uma reflexão sobre as vulnerabilidades vividas nesse contexto.

Os dados sugerem que os impactos da pandemia COVID-19, que em Portugal teve o primeiro caso detectado em março de 2020, foram diferentes entre os migrantes brasileiros quando comparados ao número total de contaminados em Portugal, e que as condições de trabalho os deixaram mais vulneráveis ao contágio da doença. Um detalhamento sobre os dados e um debate teórico sobre o conceito de vulnerabilidade serão apresentados a seguir.

2. Resultados e Discussão

O contexto da COVID-19 evidenciou a maior vulnerabilidade daqueles que se encontram em condições de moradia e trabalho inadequadas, embora estejam vivendo em países desenvolvidos, a partir do momento em que um fluxo maior de migrantes de diversos países busca reconstruir suas vidas na União Europeia, motivados por situações como conflitos armados, crises político-econômicas, perseguição política, mudanças climáticas e, mais recentemente, crises econômicas e sanitárias no contexto da pandemia. Faz-se necessário observar a migração como tema de suma importância na contemporaneidade, sobretudo porque países como Portugal estão vivendo as consequências da pandemia em meio a uma crise migratória que acompanha toda a Europa desde meados de 2014².

O termo vulnerabilidade, nas últimas décadas, tem sido empregado em diversos campos do saber (Schumann, 2014), expressando sua multidimensionalidade. O termo apresenta vantagens, mas também algumas limitações analíticas. Dados censitários possibilitam quantificar capital físico e humano, mas não apreendem o capital social, fundamental para diferenciar a vulnerabilidade entre situações semelhantes de pobreza. Por isso, muitas vezes, a identificação da vulnerabilidade exige um olhar mais qualitativo e múltiplo sobre outros aspectos identitários e das relações sociais envolvidas.

Com o objetivo de demonstrar a multidimensionalidade da vulnerabilidade, Schumann (2014) relaciona as diversas abordagens da vulnerabilidade apresentadas em estudos desenvolvidos a partir da década de 1980. A autora apresenta cerca de três dezenas de definições de vulnerabilidade, demonstrando assim um quadro conceitual vasto e complexo. Dentre as categorias de vulnerabilidade analisadas, há as condições de saúde, as condições climáticas, a família, o curso da vida, território, espaços geográficos específicos e aspectos socioambientais.

A partir dessa complexidade, uma importante contribuição do termo consiste na superação de análises superficiais referentes à pobreza, identificando sua heterogeneidade e seus fatores multicausais. Dentre as muitas possibilidades, fatores como o desemprego, dificuldades de inserção social, enfermidades e violência são fundamentais para uma conceituação ampla que exige a reflexão sobre a vulnerabilidade. O seu caráter multifacetado é, portanto, uma vantagem,

² Em 2014, segundo a OIM (Organização Internacional da Migração) 283.532 migrantes indocumentados entraram na União Europeia, sobretudo seguindo a rota do Mediterrâneo Central. 220.194 migrantes atravessaram fronteiras marítimas de toda a União Europeia (um aumento de 266% em relação a 2013). Metade deles tinha vindo da Síria, Eritreia e do Afeganistão. Em 2015 até o mês de setembro, a OIM afirmou que o número de migrantes havia batido a marca de 350.000. Dados disponíveis em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-09/comissao-europeia-prepara-sistema-permanente-para-gestao-de-imigrantes>>. Acesso em: 24 de abril de 2025.

mas também pode ser um entrave para sua análise, já que dificulta a organização de variáveis precisas e a construção de indicadores exatos.

Em um contexto de precarização do mercado e das relações de trabalho, o conceito de vulnerabilidade social ganha novos eixos norteadores nos anos 1990. Os anos 1980 e 1990 foram marcados pelo constante debate sobre a pobreza tanto no espectro social quanto na agenda pública e das discussões políticas (Hobsbawm, 2010). Para a reflexão de uma realidade social mais abrangente e complexa que o conceito de pobreza não alcançava, outros termos surgiram em estudos concernentes às ciências humanas e sociais, como os de exclusão, marginalidade e vulnerabilidade. O termo marginalidade predominou nos estudos realizados nas décadas de 1960 e 1970 sobre a América Latina, enquanto o termo exclusão social predominou na Europa ao longo dos anos 1980 e 1990.

A marginalidade social é construída como tema e conceito em teorias sociais de vários países da América Latina, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Kowarick (1975) destaca a abordagem físico-ecológica e a abordagem pelo ângulo da inserção na divisão social do trabalho, em suas correntes funcionalista e histórico-estrutural. Esta abordagem inicialmente construiu-se em torno da precariedade habitacional propiciada pelos processos de urbanização. Esta condição geograficamente periférica dificulta o acesso a serviços. Outros grupos acrescentaram aspectos econômicos e culturais a este debate, relacionados a baixos níveis de renda e de educação, desemprego ou subemprego, desorganização familiar, anomia e falta de participação social. Quijano (2005), nesse sentido, associa a marginalidade a um modo limitado de pertencimento social. Esta conceituação diz respeito aos aspectos econômicos, de como os indivíduos se inserem no sistema produtivo, mas também diz respeito aos aspectos políticos e culturais (sempre em relação com o econômico). Neste sentido, podemos associar as análises de Quijano a uma descontinuidade entre papéis e status do indivíduo, privilegiando uma discussão sobre integração social. É perceptível uma desorientação dos indivíduos em uma sociedade que passa por transformações em alta velocidade e ainda na lógica da desigualdade. Desorientação em nível psicológico, mas com raiz e âmbito social.

Outros estudos preferem utilizar, no lugar de marginalidade, o conceito de exclusão social e suas intermitências, como Souza Martins (1997), que ressalta a ideia de que não há excluídos, mas sim inclusos em condições econômicas, políticas e sociais degradantes. Não é um fenômeno novo originado a partir das disfunções sociais, mas algo inerente às sociedades capitalistas. Nelas, as relações de trabalho compreendem uma dinâmica de exclusão e inclusão, e ninguém está completamente fora das relações de produção e consumo. Há, de fato, um eurocentrismo na utilização do termo, evidente na própria construção e aplicação do mesmo. Ele é inadequado para o estudo de países periféricos, afinal estes nunca teriam passado por uma situação de integração social plena.

Com a desestruturação do mercado de trabalho atingindo também trabalhadores que anteriormente poderiam ser considerados incluídos, surge a necessidade de superação das dicotomias “ricos e pobres”, “incluídos e excluídos”. Nesse sentido, o termo vulnerabilidade social surge como uma análise inovadora para avaliação de situações intermediárias de riscos. Há também um caráter dinâmico aos estudos de desigualdade, ao propor zonas de vulnerabilidade que vão desde setores muito marginalizados e excluídos até os médios, como é o caso dos migrantes brasileiros em Portugal ouvidos por esta pesquisa ao longo de 2021.

Para compreensão dos contextos e dinâmicas em torno das vulnerabilidades dos migrantes brasileiros em Portugal, é ainda necessário ressaltar que existem níveis diferentes de vulnerabilidade: os individuais e os globais. Os segundos estão marcadamente presentes nas sociedades contemporâneas, onde as decisões, as incertezas e as múltiplas identidades e relações sociais ganham amplitudes temporais e espaciais. O caráter global dos riscos da vida em sociedade relativiza as posições de classe e geografia, pois atinge ricos e pobres, ocidentais e orientais. Empresários e assalariados são afetados pela poluição, por exemplo, mas a distribuição dos riscos é desigual. Na mesma medida, os mesmos brasileiros entrevistados experimentaram em Portugal vulnerabilidades não sentidas em seus locais de origem, demonstrando que ser ou não um migrante influencia fortemente suas relações com os riscos da vida em sociedade e, conseqüentemente, seus níveis de vulnerabilidade. Vínculos sociais e pertencimento, como já vistos em outras literaturas (Castel, 1998), são pontos-chave para a análise das vulnerabilidades a que grupos ou agentes estão sujeitos. Numa perspectiva bourdieusiana, a capacidade de agregar capitais simbólicos e sociais determinará a capacidade ou não de circulação entre os campos sociais, facilitando ou limitando acessos, expondo ou poupando agentes de violências simbólicas (Bourdieu, 1989). Em um contexto de migração, muitos desses capitais simbólicos são perdidos ou reelaborados, aumentando a exposição às múltiplas vulnerabilidades.

Outro significativo e contemporâneo exemplo de riscos em níveis globais que afetam largamente a população mundial, porém evidenciam desigualdades latentes, é o da pandemia de COVID-19. Vulnerabilidade também é a exposição a riscos e danos para a saúde, bem como os potenciais de adoecimento, de não adoecimento e de enfrentamento de determinada doença ou acidente. De acordo com Magalhães *et al.* (2021, p. 19), ao refletir sobre a carência de dados sobre a contaminação por COVID-19 no Brasil entre migrantes internacionais, ficam evidentes fronteiras impostas não apenas pelo próprio processo de formação de um Estado Nacional, mas também aquelas em nível sociológico, invisíveis, mas muito objetivas, pois rompem o tecido social urbano, produzem invisibilidades e alteridades e reduzem ao limite do compreensível a empatia com o outro.

Em recente pesquisa publicada, Gama *et al.* (2022) demonstram os impactos da pandemia em grupos de migrantes residentes em Lisboa, Portugal. Um agravamento da situação financeira desde a pandemia foi relatado por 55,6% dos participantes e a piora do estado de saúde em 19,9%. A piora da situação financeira foi mais frequentemente declarada por aqueles na faixa etária dos 45 anos aos 70 anos e com rendimentos mais baixos (< 650 euros mensais). Houve também forte associação com vulnerabilidades socioeconômicas. O impacto social da pandemia exacerba desigualdades econômicas, étnicas e de sexo.

No caso dos brasileiros entrevistados pela pesquisa apresentada, observamos não apenas condições de moradia que dificultavam um isolamento social adequado (já que boa parte desses migrantes vive com outras famílias em um mesmo imóvel), como também condições de trabalho que inviabilizaram a realização de quarentena e isolamento em caso de doença ou contato com alguém infectado. A identidade socioeconômica e laboral dos que responderam ao questionário é bastante diversificada, já que trata-se de brasileiras e brasileiros em busca de serviços no consulado. Ainda que não houvesse nenhum viés referente a classe social ou condições de trabalho, fica nítida a diferença entre os números de brasileiros que declararam ter sido contaminados pelo coronavírus em Portugal quando comparamos ao número total de infectados no país: 14,6% dos que responderam o questionário afirmaram ter contraído COVID-19 desde março de 2020,

enquanto de março de 2020 até maio de 2021, apenas 8% da população geral portuguesa havia contraído COVID-19³.

Outros dados do questionário nos dão o perfil desses migrantes e os motivos pelos quais a contaminação foi quase o dobro entre os brasileiros entrevistados quando defrontados com os números totais do país. Em dissertação defendida em 2020, Teles menciona que a população migrante está mais vulnerável que os nacionais durante a pandemia, sobretudo no aspecto laboral, de modo que se verifica um alto percentual de respondentes do questionário aplicado em sua pesquisa que não possui sequer contrato de trabalho. A autora também afirma que, ao perderem seus empregos, muitos migrantes buscam outros trabalhos informais para se manterem em Portugal, o que acarreta em uma significativa precarização do trabalho. Em seu questionário, Teles (2020) identificou que, em abril de 2020, ou seja, no início da pandemia, 33,7% dos brasileiros entrevistados responderam que têm contrato de trabalho e podem ser demitidos, 18,1% que não têm contrato e podem ser demitidos, 12,6% afirmam que podem ter o salário reduzido, 15,1% que trabalham sem contrato e estão sem trabalho, 4,5% preferiram não dizer e 16,1% não responderam. Para 46,2% dos entrevistados, a pandemia afetou de alguma forma suas condições de moradia, seja na impossibilidade de continuar pagando o aluguel ou o financiamento do imóvel onde reside.

Os dados de Teles (2020) vão ao encontro da pesquisa amostral não probabilística de nossa atividade de campo, que permitiu conhecer um pouco das características pessoais e da realidade laboral de 237 pessoas que viviam em Portugal no momento da pandemia de COVID-19. As próximas seções apresentam os resultados descritivos do trabalho de campo, após consistência e análise, organizados em quatro eixos analíticos, conforme descrito na introdução. As informações analisadas apresentam leituras por raça e sexo para verificar como os marcadores sociais de diferença podem sugerir vivências e percepções distintas sobre o processo migratório no momento pandêmico. Nenhuma análise pode ser inferida para toda a população migrante brasileira em Portugal.

Eixo 1 - Perfil Sócio-Econômico

Quase metade dos brasileiros entrevistados na pesquisa está na faixa etária de 30 a 40 anos de idade. A concentração é maior nesta faixa para mulheres (53%) do que para homens (48%). A faixa etária dos 41 a 50 anos é a segunda maior em concentração, seguida da faixa etária de 18 a 29 anos. Interessante observar que nas faixas acima de 51 anos, há 14% de pessoas do sexo masculino e apenas 7% de pessoas do sexo feminino, indicando que a feminização das migrações se concentra em idades mais jovens, em especial na casa dos 30 anos.

Segundo dados do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat)⁴, no mesmo ano de coleta da amostra da presente pesquisa, isto é, 2021, havia 59,5% de mulheres brasileiras em Portugal com status de residentes que adquiriram nacionalidade, e 40,5% de homens. Ainda que a amostra não tenha contemplado a distribuição por sexo em seu desenho, esses dados vão ao encontro dos resultados da presente pesquisa, ao indicar maior concentração de mulheres de origem brasileira do que homens em Portugal.

³ Dados disponíveis em: <<https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

⁴ Dados disponíveis em: <[https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/migracoes?f\[0\]=theme%3A708&_gl=1*16v374q*_up*MQ..&gclid=Cj0KCQjwqebEBhD9ARIsAFZMbfxVa-ZDSVao8S2sa4Zb8DBD7GCd82z_3wBmwkklbr_xyC13X154YnEaAja1EALw_wcB&gbraid=0AAAApEuRuiN5XaaO_nK2btBYZNlvCVLw](https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/migracoes?f[0]=theme%3A708&_gl=1*16v374q*_up*MQ..&gclid=Cj0KCQjwqebEBhD9ARIsAFZMbfxVa-ZDSVao8S2sa4Zb8DBD7GCd82z_3wBmwkklbr_xyC13X154YnEaAja1EALw_wcB&gbraid=0AAAApEuRuiN5XaaO_nK2btBYZNlvCVLw)>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

Tabela 1 – Distribuição de idade e sexo, por valor absoluto e percentual – Lisboa, 2021

Faixa Etária	Sexo					
	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Entre 18 e 29 anos	18	18	27	19	45	19
Entre 30 e 40 anos	52	53	61	44	113	48
Entre 41 e 50 anos	21	21	32	23	53	22
Entre 51 e 60 anos	5	5	11	8	16	7
Acima de 60 anos	2	2	8	6	10	4
Total	98	100	139	100	237	100

Fonte: Elaboração própria

A distribuição racial indica prevalência de brancos, com 56% de autodeclarações, seguidos de pardos, com 30% delas. A raça preta foi autodeclarada por 11%, enquanto as raças indígena e amarela não foram mencionadas. A distribuição racial dos migrantes brasileiros em Portugal difere sobremaneira da distribuição racial do Brasil, que segundo dados do Censo Demográfico de 2022, conta com 45,3% de pardos, 43,5% de brancos, 10,2% de pretos (IBGE, 2023). Os dados retratam seletividade de raça/cor no grupo pesquisado no momento da pesquisa, todavia, a ausência das características gerais da população brasileira em Portugal não permite dizer se essa seletividade é característica migratória para aquele país ou circunstancial da pesquisa.

Tabela 2 – Distribuição de raça/cor, por valor absoluto e percentual – Lisboa, 2021

Raça/Etnia	N	%
Branca	133	56
Parda	71	30
Preta	25	11
Não declarada	8	3
Total	237	100

Fonte: Elaboração própria

No que se refere à escolaridade dos entrevistados, 89% afirmaram ter, pelo menos, o ensino médio completo, portanto, concluíram a educação básica. Os resultados indicam uma alta escolarização dos migrantes, especialmente se comparada às taxas do Brasil, em que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) Educação, 54,5% da população concluiu a educação básica (IBGE, 2023), isto é, o ensino médio. O perfil racial dos migrantes colabora na compreensão desse dado, uma vez que as taxas são mais baixas para as raças/etnias pretas e pardas, e mais elevadas para as brancas, que correspondem à maioria do grupo analisado.

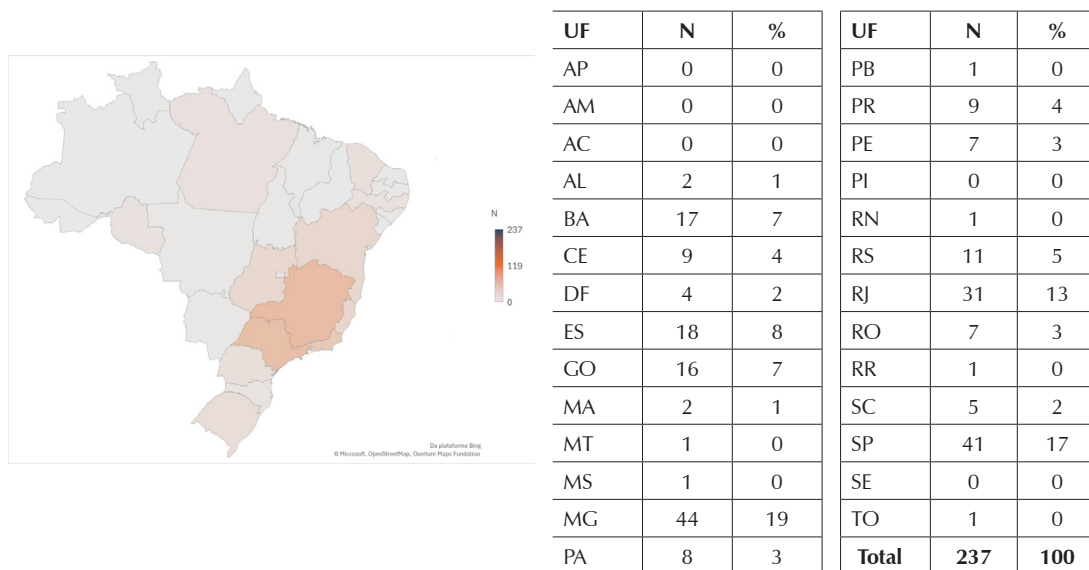
Tabela 3 – Distribuição de escolaridade, por valor absoluto e percentual – Lisboa, 2021

Escolaridade	N	%
Sem formação escolar	1	0
Ensino fundamental incompleto	8	3
Ensino fundamental completo	8	3
Ensino médio incompleto	9	4
Ensino médio completo	74	31
Ensino superior incompleto	28	12
Ensino superior completo	59	25
Pós-graduação	50	21
Total	237	100

Fonte: Elaboração própria

Eixo 2 - Características Migratórias

A figura a seguir indica a distribuição dos entrevistados segundo estado de origem no Brasil. O sudeste é a região do país mais recorrente, sendo Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, nesta ordem, as localidades com maior fluxo captado, com 49%. Na sequência, estão os estados do Espírito Santo, Bahia e Goiás com maior número de entrevistados. Embora haja concentração no Sudeste, percebe-se que há representantes de boa parte do Brasil na amostra investigada, sendo apenas cinco os estados não contemplados com participantes.

Figura 1 – Distribuição de entrevistados segundo origem estadual no Brasil – Lisboa, 2021


Fonte: Elaboração própria

Os participantes da pesquisa compõem, em sua maioria, uma migração recente para Portugal. No momento da entrevista, 69% deles estavam no país europeu há menos de um ano. Como a

coleta de informações foi realizada entre os meses de março e julho de 2021, é possível afirmar que a migração desse grupo ocorreu concomitante à pandemia de COVID-19 e ao agravamento das contaminações pelo vírus. Em contrapartida, um quarto dos entrevistados morava em Portugal há mais de 5 anos e o restante estava no país entre um e cinco anos.

Ao investigar o histórico dos processos migratórios, identificamos que a maior parte do grupo já havia vivenciado a migração interna no Brasil antes da partida para Portugal, 61,6% do total. Em relação às migrações internacionais para outros países, excetuando o local da entrevista, apenas 29,1% já tinham experienciado esse processo.

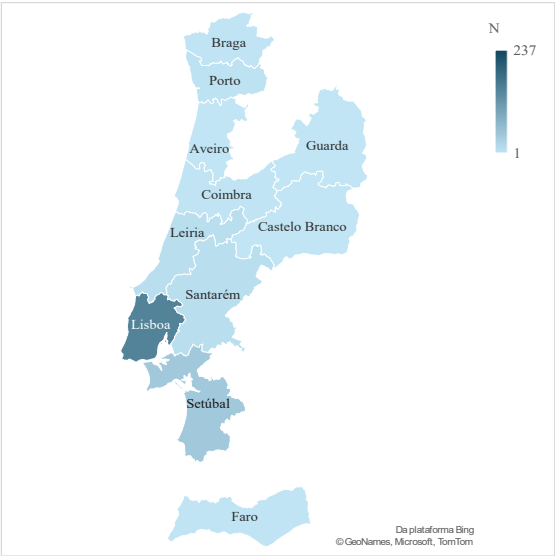
Tabela 4 – Processos migratórios anteriores, interno no Brasil e internacional exceto Portugal, por valor absoluto e percentual – Lisboa, 2021

Tipo de Migração	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Interna, no Brasil	146	62	91	38	237	100
Internacional, exceto Portugal	69	29	168	71	237	100

Fonte: Elaboração própria

O destino dos entrevistados era, em sua maioria, a capital portuguesa Lisboa, com 63% do total. Setúbal foi o segundo distrito mais recorrente como destino para 18% dos brasileiros, Leiria e Santarém dividem o terceiro lugar mais frequente, com 5%, e Porto aparece em quarto com 3% das respostas. Os demais distritos tiveram 1% ou menos de recorrência.

Figura 2 – Distribuição de entrevistados segundo destino distrital em Portugal, por valor absoluto, percentual e georreferenciado – Lisboa, 2021



Distrito	N	%
Aveiro	1	0
Braga	2	1
Bragança	1	0
Castelo Branco	1	0
Coimbra	3	1
Faro	3	1
Guarda	1	0
Leiria	12	5
Lisboa	149	63
Santarém	12	5
Setúbal	43	18
Porto	6	3
Não sabe/Não respondeu	3	1
Total	237	100

Fonte: Elaboração própria

Eixo 3 - Perfil Laboral

A maior parte dos migrantes entrevistados considera que a formação escolar adquirida no Brasil não foi importante para a inserção profissional no mercado de trabalho de Portugal, 62% do total. Aponta também para a falta de relação do trabalho que exerciam no Brasil com aquele exercido no país europeu, em 65% dos casos. Esses resultados indicam uma forte ruptura de trajetória escolar e profissional ocasionada pelo processo migratório.

De acordo com a classificação de inserção laboral, conforme descrito na introdução, as categorias profissionais mais recorrentes dos entrevistados exercidas no Brasil antes da migração para Portugal eram Quadro Superiores, Dirigentes e Especialistas, com 31,6%, seguida de Operários, Operadores, Artífices, Trabalhadores de Aplicativos (Entregadores e Motoristas), com 30,8%. A categoria Técnicos, Profissionais de Nível Intermediário, Administrativo, Serviços, Vendedores foi atribuída a 22,4% dos entrevistados. Durante a coleta de dados, 9% dos entrevistados categorizaram-se como estudantes, 3% como responsáveis por atividades de cuidado e 1% como aposentado. Apenas uma pessoa identificou-se como desempregada.

Tabela 5 – Distribuição de Categoria Profissional, por valor absoluto e percentual – Lisboa, 2021

Categoria Profissional	Brasil		Portugal	
	N	%	N	%
Aposentado	3	1	5	2
Desempregado	1	0	28	12
Estudante	22	9	10	4
Atividades de Cuidado (Donas de Casa, Cuidadores, Babás)	7	3	16	7
Operários, Operadores, Artífices, Trabalhadores de Aplicativos (Entregadores e Motoristas)	73	31	89	38
Técnicos, Profissionais de Nível Intermediário, Administrativo, Serviços, Vendedores	53	22	43	18
Quadro Superiores, Dirigentes e Especialistas	75	32	41	17
Não sabe/Não respondeu	3	1	5	2
Total	237	100	237	100

Fonte: Elaboração própria

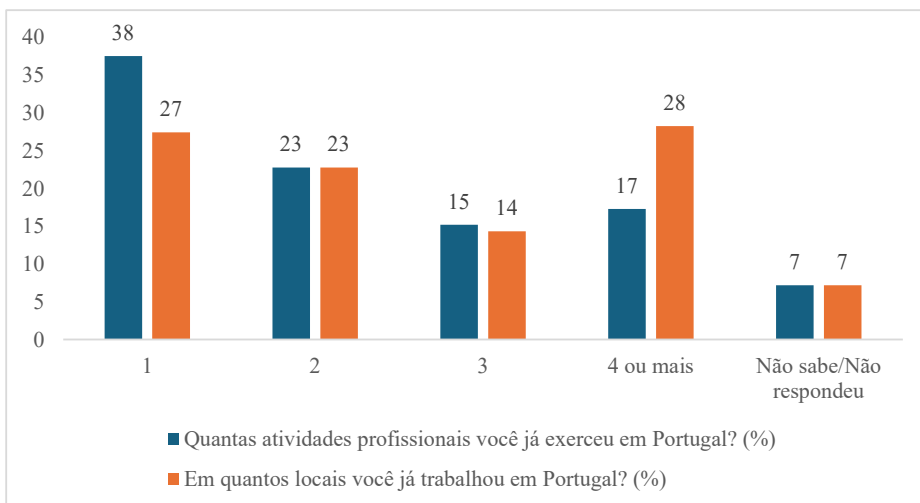
Ao analisarmos as informações laborais tanto no Brasil quanto em Portugal cruzadas pelos marcadores sociais de diferença raça e sexo, percebemos cenários de mudança que merecem destaque. Em relação às ocupações profissionais segundo sexo, no Brasil, a maioria das mulheres exercia cargos relacionados à categoria Quadro Superiores, Dirigentes e Especialistas, enquanto a maioria dos homens concentrava-se em ocupações da categoria Operários, Operadores, Artífices, Trabalhadores de Aplicativos (Entregadores e Motoristas). Já em Portugal, a maioria das mulheres estava desempregada e a categoria laboral com maior concentração era a de Técnicos, Profissionais de Nível Intermediário, Administrativo, Serviços, Vendedores, denotando uma substantiva piora no quadro ocupacional feminino. No caso dos homens, a maioria deles permaneceu na mesma categoria laboral identificada no Brasil, qual seja, Operários, Operadores, Artífices, Trabalhadores de Aplicativos (Entregadores e Motoristas).

Em relação às análises laborais segundo raça/etnia, no Brasil, a maior concentração de brancos encontrava-se na categoria Quadro Superiores, Dirigentes e Especialistas (40%), enquanto os pretos e pardos estavam concentrados na categoria Operários, Operadores, Artífices, Trabalhadores de Aplicativos (Entregadores e Motoristas), com 48% e 37%, respectivamente. Em Portugal, os dados demonstram que brancos, pretos e pardos ocupavam, em sua maioria, funções relacionadas à categoria Operários, Operadores, Artífices, Trabalhadores de Aplicativos (Entregadores e Motoristas), com 28%, 48% e 55%, nessa ordem. Este resultado indica uma mobilidade ocupacional decrescente para todas as raças, e de forma mais acentuada para os brancos.

A partir da mesma categorização ocupacional utilizada para compreensão do cenário no Brasil, percebemos uma alteração substantiva no cenário laboral em Portugal em relação ao país de origem. A categoria mais recorrente, que abarca 38% dos entrevistados, é a de Operários, Operadores, Artífices, Trabalhadores de Aplicativos (Entregadores e Motoristas), com 38%, seguida de Técnicos, Profissionais de Nível Intermediário, Administrativo, Serviços, Vendedores, com 18%. O Quadro Superiores, Dirigentes e Especialistas, a categoria mais frequente exercida no Brasil, cai para terceiro lugar em Portugal, com 17%. O número de desempregados sobe para 12%, assim como o de Atividades de Cuidado Doméstico (Donas de Casa, Cuidadores, Babás), com 7%. O percentual de aposentados teve um ligeiro aumento, enquanto o percentual de desempregados saiu do zero para 12%.

A vivência laboral em Portugal, para muitos dos participantes da pesquisa, foi bastante instável. O gráfico a seguir mostra que 65% dos entrevistados haviam trabalhado em mais de um lugar nesse país, sendo que 28% chegaram a trabalhar em mais de quatro estabelecimentos diferentes.

Gráfico 1 – Rotatividade laboral em Portugal, em percentual – Lisboa, 2021



Fonte: Elaboração própria

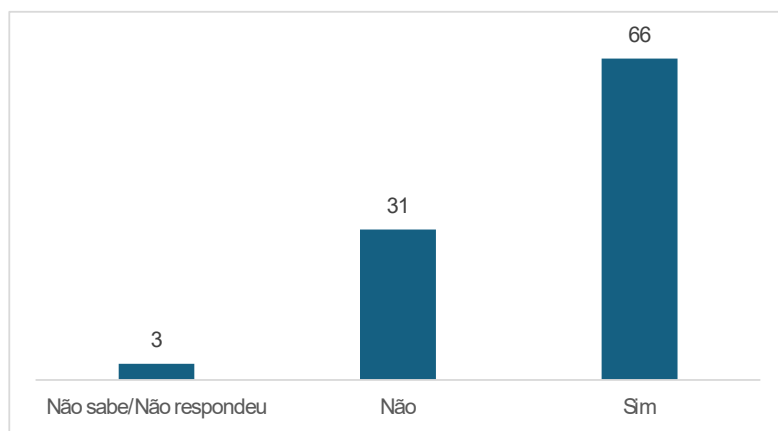
Em relação à rotatividade da atividade profissional exercida, os percentuais são menores do que os anteriores, mas ainda assim indicam tendência à instabilidade para boa parte do grupo.

Mais da metade dos entrevistados, 55%, havia exercido mais de uma atividade profissional, enquanto 38% exerceram sempre a mesma profissão em Portugal.

Eixo 4 - Percepções sobre a Pandemia e Retorno ao Brasil

Conforme dito, as entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2021, momento em que a pandemia de COVID-19 estava provocando uma série de transformações coletivas e individuais ao redor do mundo. Ao serem perguntados sobre os impactos desse fenômeno em suas vidas enquanto migrantes em Portugal, 66% dos participantes concordaram que o momento pandêmico trouxe transformações em suas vidas. Ao mencionarem os tipos de impacto, o preconceito foi o mais relatado, por 30% dos entrevistados. Na sequência, a redução de salários foi o impacto mais sofrido por 21% deles, e permanecer ou encontrar emprego foram outros sintomas sociais vivenciados por 16% dos participantes.

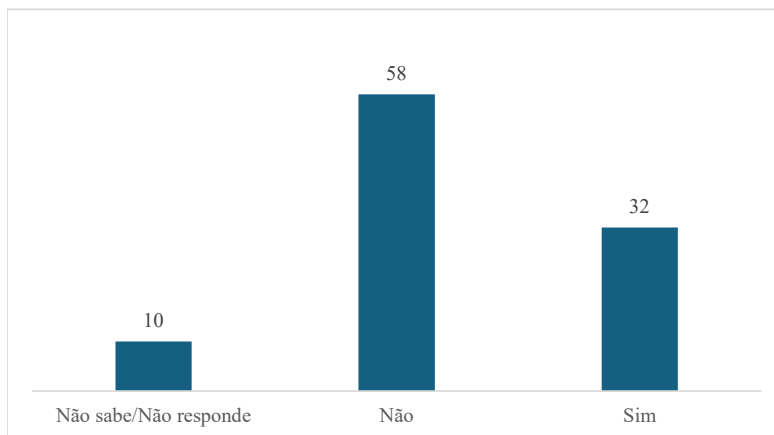
Gráfico 2 – Percepção sobre impacto da pandemia na vida em Portugal, em percentual – Lisboa, 2021



Fonte: Elaboração própria

Desagregamos as informações por raça e sexo, visando compreender se a percepção do impacto sofre alteração segundo um desses marcadores sociais de diferença. Os resultados indicam que a percepção segundo raça não tem variação significativa por brancos, pretos e pardos. Todavia, as respostas segundo sexo demonstram que o impacto foi sentido substancialmente pelo público feminino, 83% das mulheres entrevistadas, enquanto para os homens essa taxa foi de 54%.

Dadas as circunstâncias laborais e pandêmicas, os entrevistados foram questionados se teriam o desejo de retornar ao Brasil. Mesmo diante das trajetórias profissionais descendentes para boa parte dos participantes, conforme demonstram os dados de categorias laborais, e do reconhecimento dos impactos negativos da pandemia na vivência migratória, mais da metade, 58%, não desejam voltar ao Brasil. Um terço dos respondentes manifestou o desejo do retorno e 10% deles disseram não saber responder a respeito.

Gráfico 3 – Desejo de retornar ao Brasil, em percentual – Lisboa, 2021

Fonte: Elaboração própria

A investigação sobre o desejo de voltar ao Brasil segundo raça e sexo também foi realizada. No caso da análise por sexo, não há variação no não retorno, tanto homens quanto mulheres apresentaram percentuais próximos de permanecer em Portugal, conforme demonstrado no gráfico acima. No caso específico das mulheres, varia substancialmente a quantidade daquelas que disseram não saber responder, 16%, enquanto apenas 4% dos homens manifestaram incerteza.

Em relação à raça, são os brancos os mais convictos do desejo do não retorno, 62%, e os pardos aqueles com menor percentual, 49%. Os brancos também são aqueles que manifestam maior percentual de incerteza, 11%, em relação a 7% entre os pardos e a nenhuma incerteza entre os pretos. Sobre o desejo de retorno, 44% tanto de pretos quanto de pardos confirmaram o desejo de retornar ao Brasil, diante de 25% dos brancos. Mesmo tendo menos descenso no tipo de trabalho, pretos e pardos têm mais desejo pelo retorno, aventando a hipótese de que racismo, xenofobia e, consequentemente, maiores vulnerabilidades, são sentidas por esses grupos mais significativamente quando em comparação aos brasileiros brancos.

Dados apurados por Teles (2020) vão ao encontro dos resultados do questionário da pesquisa apresentada: nos números gerais, 58% dos brasileiros consultados eram trabalhadores não qualificados, operários em geral, técnicos intermediários ou desempregados. Entre os que contraíram COVID-19, o número sobe para 83% de trabalhadores em serviços menos qualificados. Foi também perceptível um aumento dos números entre homens, pretos e pardos: 55% dos infectados são homens e 45% mulheres. Nos números gerais do inquérito, 58% são mulheres e 42% homens. Dentre os que contraíram COVID-19, 43% são pardos e pretos e 57% são brancos. Nos números gerais, 63% são brancos e 37% são pardos e pretos. Ou seja, tal qual em outras literaturas (Teles, 2020; Gama *et al.*, 2022; Oltramari *et al.*, 2022), identificamos que os riscos na pandemia se intensificam quando avaliadas variáveis como tipo de trabalho exercido, etnia e sexo. Como as condições de trabalho interferem diretamente nos riscos de contágio pela doença COVID-19, homens pretos e pardos em serviços menos qualificados (como os da construção civil) foram diretamente mais afetados, e esses serviços são fortemente executados por migrantes brasileiros e africanos em Portugal, segundo a observação de campo e literatura específica (Teles, 2020).

De acordo com Di Spirito (2023), a pandemia impactou negativamente as economias mundiais, e uma das mais importantes consequências foi o aumento da taxa de desemprego da população brasileira residente em Portugal. No entanto, especificamente em Lisboa, o número de brasileiros a serviço em estabelecimentos foi maior em 2020, durante a pandemia, quando comparado aos números do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal do ano anterior, com exceção para o grupo de pessoas com menos de 25 anos. Ou seja, vulnerabilidade e exposição à doença dizem respeito a condições de trabalho e precariedade extremamente comuns entre brasileiros em Portugal, sobretudo em Lisboa, durante todo o ano de 2020 e os subsequentes.

O governo português adotou, ao longo da pandemia, significativas medidas de proteção, bem como de regularização jurídica e documental de nacionais e estrangeiros como, por exemplo, a suspensão dos efeitos de denúncia a contratos, impedimento de despejos, prorrogação dos prazos de validade de documentos, regularização de estrangeiros com manifestação de interesse apresentada até 18 de março de 2020 que, nessas condições, puderam acessar todos os serviços do Estado como se regulares fossem. Entretanto, tanto a pesquisa de campo quanto outras literaturas (Teles, 2020) demonstram que há falta de confiança nas instituições formais, sobretudo por conta da burocracia e morosidade em obter respostas a pedidos de apoios, possibilitando que muitas pessoas, sobretudo os estrangeiros, permaneçam em situação vulnerável e sendo, inclusive, discriminados e submetidos a condições abusivas de trabalho pelo setor privado.

As redes sociais informais, nesse contexto, acabam sendo mais fortes entre os migrantes porque o trânsito entre os diversos campos sociais é dificultado pela vulnerabilidade e desapropriação de capitais simbólicos e culturais, fazendo com que o Estado legítimo nem sempre seja eficaz frente às necessidades dos migrantes. Quanto maiores as vulnerabilidades, mais estratégias informais estão presentes em suas redes. Para a garantia de melhores condições de vida frente a vulnerabilidades, há uma necessidade muito maior de contar uns com os outros para suprir as carências de um Estado que nem sempre alcança os migrantes. As relações simbólicas, comunitárias e às vezes ilegais são mais eficazes do que as regras e normas institucionais. Acostumados com estratégias simbólicas de sobrevivência conquistadas a partir das redes sociais em condição migratória, houve uma readequação delas em um contexto de pandemia.

De acordo com reportagem publicada pela Folha de São Paulo em junho de 2021⁵, embora o governo português tenha anunciado o acesso gratuito à vacina contra a COVID-19 para migrantes regularizados ou não, muitos no país relatavam à época inúmeros entraves para a efetivação da imunização. O jornal consultou grupos de redes sociais no Facebook e associação de apoio a brasileiros como a Casa do Brasil, e os problemas relatados pelos migrantes consultados foram admitidos pelo coordenador da força-tarefa de vacinação no país, o vice-almirante Henrique Golveia e Melo. Como a emissão do número de utente⁶ fica a cargo dos centros de saúde locais, não havia um procedimento uniformizado para o processo, fazendo com que muitos migrantes entrassem em um verdadeiro “labirinto burocrático”, já que tinham direito ao imunizante, mas não conseguiam efetuar o cadastramento prévio.

⁵ Reportagem publicada em 28 de junho de 2021 e disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/brasil-irregulares-em-portugal-relatam-dificuldades-na-vacinacao-contr-covid-19.shtml>>. Último acesso em: 05 de julho de 2022.

⁶ Cadastro para a utilização de serviços públicos de saúde próprios do Serviço Nacional de Saúde de Portugal.

Assim, a dificuldade de acesso à informação e compreensão das burocracias locais é também um tipo de vulnerabilidade. No caso dos migrantes brasileiros, a língua nem era exatamente a maior barreira do entendimento. Portanto, com os dados levantados pela pesquisa apresentada foi possível identificar níveis diferentes de vulnerabilidade, que perpassam desde os mais conhecidos marcadores sociais de diferença e desigualdade, como raça e sexo, até os mais sutis e velados, como tipos de trabalho, acesso à informação, o direito ao isolamento durante a pandemia e aos serviços públicos de saúde, que supostamente estavam disponíveis para grupos migrantes, mas na prática eram para eles negligenciados.

3. Conclusões

A presente pesquisa realizou um diagnóstico descritivo do perfil sociodemográfico e características laborais de imigrantes brasileiros em Portugal no período da pandemia de COVID-19. Para isso, articulou reflexões teóricas juntamente com coleta primária e análise de dados quantitativos, a partir de um trabalho de campo realizado na fila do consulado brasileiro em Lisboa, capital portuguesa, no primeiro semestre de 2021.

A análise dos dados fez emergir a necessidade de uma discussão conceitual sobre vulnerabilidade, marginalidade e não pertencimento no contexto migratório. Diferentes autores (Kowarick, 1975; Bourdieu, 1989; Souza Martins, 1997; Quijano, 2005; Hobsbawm, 2010; Schumann, 2014) compuseram o arcabouço analítico para dialogar com a nova realidade da migração brasileira no país ibérico. Isso porque, nas últimas décadas, o perfil dos migrantes brasileiros mudou significativamente. Se outrora, a predominância de perfil era de mais homens jovens em busca de trabalhos nos centros urbanos, agora há também muitas famílias com crianças, mulheres jovens, estudantes, trabalhadores agrícolas e aposentados. A variedade de perfil, somada ao contexto pandêmico, demonstrou que os brasileiros entrevistados experimentaram em Portugal vulnerabilidades não sentidas em seus locais de origem, indicando que ser ou não um migrante influencia fortemente suas relações com os riscos da vida em sociedade e, conseqüentemente, seus níveis de vulnerabilidade.

Quanto ao perfil dos entrevistados, quase metade dos brasileiros entrevistados na pesquisa está na faixa etária de 30 a 40 anos de idade, com maior percentual de sexo feminino (53%). Todavia, no total de entrevistados, o sexo masculino foi aquele que predominou, caracterizando quase 60% dos casos. A distribuição racial indica prevalência de brancos, com 56% de autodeclarações, seguidos de pardos, com 30% delas. Quanto ao perfil educacional, os resultados demonstram uma alta escolarização dos migrantes, sendo 89% com, pelo menos, o ensino médio completo.

Ao investigar o histórico dos processos migratórios, identificamos que mais de 60% do grupo já havia vivenciado a migração interna no Brasil antes da partida para Portugal, e cerca de 30% deles já tinham experienciado o processo de migração internacional para outros países. Esse dado revela que a migração não é um fenômeno novo para a maior parte dos entrevistados. Todavia, desta vez, a migração foi processada juntamente com a situação pandêmica, que trouxe elementos novos para todo o mundo em geral e para os sujeitos pesquisados em particular.

Os dados quantitativos demonstraram que cargos e condições de trabalho e níveis salariais foram fortemente afetados pela pandemia de COVID-19. A vivência laboral em Portugal, para muitos dos participantes da pesquisa, foi bastante instável, com alta rotatividade de cargos e vinculações institucionais. Os resultados revelaram mobilidade ocupacional decrescente para os brancos e estabilidade no perfil de cargo assumido pelos pretos e pardos. Fundamental reforçar

que houve uma substantiva piora no quadro ocupacional feminino, indicando que a pandemia não agiu sobre todas as pessoas de forma igual. No caso da amostra investigada, ser uma mulher brasileira migrante durante a pandemia em Portugal trouxe maiores vivências de vulnerabilidades socioeconômicas. Esse grupo foi também o que mais sentiu os impactos da pandemia na vida em Portugal, 83% delas.

A pesquisa também demonstrou que a migração, mesmo quando categorizada como laboral, como ocorre com a migração brasileira para Portugal, não pode ser analisada apenas por esse viés. Isso porque, ao serem questionados se teriam o desejo de retornar ao Brasil, boa parte dos entrevistados disse que não, mesmo diante de trajetórias profissionais descendentes e do reconhecimento dos impactos negativos da pandemia na vivência migratória. Sayad (1998) nos lembra que toda a migração de trabalho contém em germe uma migração de povoamento que a prolongará. Ou seja, mais do que trabalho, os imigrantes brasileiros constituíram e construíram relações sociais e capital social na sociedade de destino que os mantém ligados a essa terra.

Referências bibliográficas

- AIMA. Agência para Integração Migrações e Asilo. **Relatório de Migrações e Asilo 2023**. Portugal: DPEE, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidades Brasileiras no Exterior**. Brasília: MRE, 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: MTE/SPPE, 2010.
- CASTEL, Roberto. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DI SPIRITO, Onofrio. Pandemia e Imigrantes: Brasileiros na Área Metropolitana de Lisboa. **Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 15, n. 1, p. 379-412, 2023. DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13633>
- FERNANDES, Duval; PEIXOTO, João; OLTRAMARI, Andrea P. A Quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 15, n. 29, p. 34-63, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7951720>
- GAMA, Ana; ROCHA, João Victor; MARQUES, Maria J.; AZEREDO-LOPES, Sofia; PEDRO, Ana Rita; DIAS, Sónia. How Did the COVID-19 Pandemic Affect Migrant Populations in Lisbon, Portugal? A Study on Perceived Effects on Health and Economic Condition. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 3, 1786, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph19031786>
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.
- GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos; PADILLA, Beatriz; PEIXOTO, João. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. **Revista Migrações**, n. 5, p. 111-133, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/26692>
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- IBGE. **Censo Demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e Marginalidade na America Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas. 1991.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia; BAENINGER, Rosana. Covid-19 e imigração internacional na região metropolitana de São Paulo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 61, p. 15-32, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006102>

MALHEIROS, Jorge. **A Imigração Brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIDI. 2007.

SOUZA MARTINS, José. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

OLTRAMARI, Andrea; FRAGA, Aline Mendonça; SCHERER, Laura Alves; PRESTES, Vanessa Amaral. Influências da pandemia de COVID-19 na vivência da imigração e nas relações de trabalho (RT) de brasileiras em Portugal. **Laboreal**, v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/19913>

PADILLA, Beatriz; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro; PEIXOTO, João. A Imigração Brasileira em Portugal. In : PEIXOTO, João; PADILLA, Beatriz; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro (orgs.). **Vagas Atlânticas** – migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI. Lisboa: Mundos Sociais, 2015, p.89-108.

PORTUGAL. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021**. Lisboa: SEF, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHUMANN, Livia Rejane Miguel Amaral. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade**: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SEF. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021**. Lisboa: SEF, 2022.

TELES, Gabriela Oliveira. **Impactos da Pandemia por Covid-19 nos Migrantes Brasileiros em Portugal**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Instituto de Economia da Universidade de Lisboa. 2020.

Sobre as autoras

Andréa Vettorassi, doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é docente efetiva da Universidade Federal de Goiás, onde atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Programa Interdisciplinar em Direitos Humanos. É atualmente a coordenadora geral da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFG, parceria da instituição com o ACNUR. E-mail: avettorassi@ufg.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5615-4100>

Zakia Ismail Hachem, doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professora efetiva do Departamento de Sociologia (SOL), pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e coordenadora de pesquisas do Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI), na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: zakiaihachem@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1075-4330>

Contribuição de autoria

Andréa Vettorassi é responsável por todo o conteúdo do artigo, e, especificamente, Hachem é responsável pela mineração e análise dos dados quantitativos, construção e apresentação dos gráficos e mapas

Conflito de interesses

As autoras declaram não ter conflitos de interesses relacionados com este artigo

Declaração de Disponibilidade dos Dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento

Editores do dossiê

Igor José de Renó Machado e Alexandre Branco-Pereira